

# **CARTA ABERTA DOS POVOS INDÍGENAS COM DEFICIÊNCIAS E INDÍGENAS SURDOS DO BRASIL**

Segundo o Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas (IWGIA), mais de 50 milhões de indígenas no mundo apresentam algum tipo de deficiência. No Brasil, os dados do Censo de 2010, atualmente desatualizados, apontou que somos mais de 15 mil indígenas com deficiências visual, auditiva, física, intelectual e indígenas surdos. Diante disso, nós, povos indígenas com deficiências do Brasil, reafirmamos a nossa existência e exigimos que nossos direitos sejam respeitados.

Ressaltamos que nossa luta não pode ser lembrada apenas no "abril indígena", mas deve ser constante e reconhecida ao longo de todo o ano. Somos parte fundamental da diversidade dos povos originários e queremos ser protagonistas de nossa própria história.

Temos, ao longo de nossa existência, enfrentado uma série de desafios que comprometem nossa qualidade de vida e acesso a direitos básicos. A falta de políticas públicas eficazes e direcionadas à nossa realidade impede a nossa devida inclusão nas comunidades indígenas ao nos negar o acesso à saúde, educação e oportunidades de trabalho.

Denunciamos a negligência dos órgãos de saúde pública, especialmente da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASPI), que muitas vezes ignora nossas necessidades e nos deixa sem atendimentos adequados. Ressaltamos que a PNASPI não menciona em nenhuma de suas ações os indígenas com deficiências ou indígenas surdos e não aborda a saúde de indígenas em contexto urbano, o que influencia diretamente na qualidade de nossas vidas, pois, muitas vezes, desassistidos pela saúde em nossos territórios, precisamos migrar para as cidades, em condições precárias de transporte, em busca de atendimento adequado, perdendo assim o direito à atenção diferenciada, disposto na PNASPI e base do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI).

Inúmeros são os relatos de parentes que afirmam que o governo não tem o conhecimento devido de suas vidas e existência. Diariamente, algum de nós precisamos enfrentar a

invisibilidade por parte de nossos governantes e o descaso da SESAI para conseguirmos tratamento adequado. Crianças e idosos indígenas com deficiências e indígenas surdos que precisam se arriscar em transportes lotados para conseguir atendimento básico de saúde, esperas prolongadas por consultas, cirurgias e procedimentos médicos e parentes alocados no fundo de suas aldeias aguardam por uma vida digna e com o devido suporte às suas necessidades específicas.

Na educação, ainda sofremos com a falta de professores capacitados para atender alunos com deficiências e indígenas surdos. Nos falta também salas de aula multifuncionais e acompanhamento pedagógico especializado. Além disso, a muitos de nós ainda é negado o direito de ter um professor auxiliar ou acompanhante pedagógico. Todas essas barreiras impedem nossa plena participação no ambiente escolar e reforçam a exclusão social.

Situação semelhante tem acontecido no mercado de trabalho. A falta de políticas afirmativas, as dificuldades na aposentadoria e a inexistência de cotas específicas para pessoas indígenas com deficiências e indígenas surdos são um reflexo da falta de compromisso com a inclusão real e efetiva dos povos originários. Em todas as fases de nossas vidas enfrentamos o capacitismo, o racismo e a invisibilidade da nossa existência perante a sociedade.

Exigimos que nossos direitos devam ser garantidos em nossos territórios e nossas vidas devem ser prioridade em todas as instâncias governamentais. É essencial o reconhecimento de nossa existência e a implementação de políticas públicas e programas que assegurem o atendimento adequado e o suporte necessário a nós, indígenas com deficiência e a nossas famílias. É fundamental que se criem indicadores para que as políticas públicas existam e possam ser materializadas para sanar nossas dificuldades e garantir nossa inclusão de acordo com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Em resumo, ressaltamos:

1. A necessidade de se realizar um mapeamento detalhado das famílias que possuem pessoas com algum tipo de deficiência, garantindo a criação de políticas baseadas em dados concretos

2. Atendimento contínuo e especializado na área da saúde e da educação dentro das comunidades, com mapeamento detalhado de nossas necessidades e particularidades
3. Garantia de acessibilidade e apoio especializado na educação, com formação de professores e estrutura adequada nas escolas indígenas
4. Apoio com Insumos e Assistência Personalizada, contando com medicamentos, equipamentos e outros insumos conforme a necessidade de cada parente com algum tipo de deficiência
5. Desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inclusão, acessibilidade e qualidade de vida com a criação de programas que envolvam reabilitação, inserção no mercado de trabalho e acesso a direitos básicos
6. Implementação de políticas integradas nas esferas municipal, estadual e federal.
7. Parceria com clínicas particulares para atendimentos de urgência, garantindo assistência imediata aos indígenas com deficiências
8. Trabalho conjunto com órgãos específicos, como a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), respeitando as particularidades culturais, crenças e modos de vida das comunidades indígenas e dos parentes com algum tipo de deficiência
9. Oferta de serviços de escuta e diálogo para compreender nossa realidade dentro das aldeias, bem como suporte às famílias e cuidadores, assegurando orientação, capacitação e acompanhamento contínuo
10. Representatividade em espaços de decisão política, garantindo que nossas demandas sejam escutadas e atendidas

Não queremos mais um Brasil que nos exclua e silencie. É tempo de ouvir nossas vozes e garantir nossa existência com dignidade. Nunca mais um Brasil sem nós!